UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB.

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA-IPOL.

**O IMPACTO DA COVID-19 NO TERRITÓRIO INDÍGENA DO POVO
UMUTINA-BALATIPONÉ.**

GRADUANDO: ADEMAR CALOMEZORÉ TEODORO-180006584

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA MARILDE LOIOLA DE
MENEZES

BRASÍLIA

2023/1

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS GERAL.....	4
2.1 Objetivo Específico.....	
3. METODOLOGIA.....	5
4. HISTÓRICO DO POVO UMUTINA-BALATIPONÉ.....	6
5. HISTÓRICO DA COVID-19 NO TERRITÓRIO UMUTINA.....	19
6. A-AÇÃO GOVERNAMENTAL NO TERRITÓRIO.....	22
6.1 O Testemunho do povo Umutina-Balatiponé em relação a covid-19....	
7. IMPACTOS DA COVID-19 NO POVO UMUTINA-BALATIPONÉ.....	27
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

RESUMO

A pesquisa tem como propósito, apresentar as causas e causas e consequências que impactaram diretamente a cultura dos povos indígenas no Brasil, com a chegada do Novo Coronavírus (Covid 19), aos territórios. Aqui trataremos especificamente da etnia Umutina-Balatiponé, localizada no Município de Barra dos Bugres - MT. A partir do contexto histórico (contato do povo), até o presente momento.

Palavras - Chave: Impacto Ocasionado Pela Covi 19; Atuação do Governo; Contexto Histórico do Povo Umutina.

1. INTRODUÇÃO.

Nos últimos cinco anos, o mundo todo se mobilizou em busca de respostas, para-a contenção do maior problema já ocorrido no século XXI. A pandemia da Covid-19 assolou a todos, sem distinção de cor, raça, gênero, e classe social. O novo vírus, além de desafiar constantemente a ciência, gerou uma crise global, tanto no setor econômico, como também social e cultural. O primeiro caso do novo vírus, foi registrado na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, em 17 de novembro de 2019. A partir daí, deu-se início a uma corrida contra o tempo, para o Governo Chines. A repercussão internacional sobre o novo vírus, colocou a China no centro das atenções, várias acusações foram duramente impostas/ direcionadas ao país (China). Havia rumores pelo mundo, de que o vírus surgiu a partir de estudos científicos desenvolvido em laboratório, e que esse programa de pesquisa, além de não garantir a segurança do próprio país, acabou se alastrando pelo mundo, ocasionando graves problemas, e principalmente a insegurança mundial diante da extensão elevado, que o novo vírus alcançou.

Em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso da Covid 19 é confirmado no Brasil. Além do impacto direto na vida das pessoas, a chegada do novo vírus trouxe uma grande preocupação por parte das autoridades brasileiras, bem como a toda a população em geral, ao ter conhecimento do fato, foi necessário uma mudança radical em todas as formas de convívio social. É importante ressaltar que o Brasil, além de ser um país grande em extensão territorial, possui uma enorme diversidade cultural e, dentre elas, temos os povos indígenas.

Mesmo com a instabilidade social contida, devido à vacinação em massa da população, os questionamentos ainda estão muito presentes na sociedade! Como pode um vírus tão letal ter sido exposto dessa forma? Como a ciência se comporta diante desse caos? E quais foram as iniciativas propostas pelo governo para que o vírus não impactasse tanto na vida dos povos indígenas?

Esse será o tema do nosso trabalho tendo como estudo de caso, o cenário pandêmico da covid 19 no território indígena do povo

umutina-Balatiponé, localizado a cerca de 173 km de Cuiabá (MT). A pesquisa pretende enfrentar esse desafio, ao mesmo tempo em que procura divulgar o estilo de vida, os costumes, a cultura, e, em particular, o cotidiano dos povos indígenas.

Objetivo Geral.

Existe uma grande necessidade de trazer esse contexto para o debate a nível acadêmico, porque mesmo com o avanço da tecnologia, em que os meios de comunicação se renovam a todo instante, ainda ocorre uma grande invisibilidade por parte da sociedade-envolvente quando o assunto se trata de analisar aspectos sócio-culturais dos povos indígena. Tendo em vista preencher essa lacuna, esse trabalho tem como tema principal estudar o impacto da Covid 19 sobre a cultura desses povos. A proposta aqui, busca evidenciar programas, políticas públicas e atuação do governo no cumprimento das normas estabelecidas, amparadas na Constituição Federal de 1988 (cf/88) em ângulos distintos, apontando para um esclarecimento sobre a ausência, e a negação do governo federal no combate a Covi 19 nas aldeias indígenas.

A partir desse objetivo, a análise busca estudar a atuação do governo federal diante da covid 19, e ao mesmo tempo que busca-aprofundar os estudos, cabe destacar a importância da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nos processo de tomadas de decisões em prol dos povos indígenas no Brasil, sobretudo as medidas tomadas por pela instituição.

Considerando a importância da preservação e divulgação desse enorme patrimônio cultural, o trabalho tem como objetivo estudar os impactos que a Covid-19 tem causado a essas diversidades. E é com base na temática aqui proposta para estudo, é que vamos adentrar no mérito da discussão, especificamente, do povo Umutina-Balatiponé, do Estado de Mato Grosso (MT).

Objetivo Específico

Discorrer sobre as causas e consequências que a Covid-19 causou ao adentrar nas comunidades indígenas em Mato Grosso, realçando que, além dos impactos materiais e físicos, a pandemia também atingiu a saúde mental

dos indígenas, tendo como consequência a mobilização das autoridades, sobretudo os profissionais de saúde, no sentido de atender esses povos.

- Em função da diversidade - mesmo entre os povos, é necessário-observar como esses povos foram orientados em seus diagnósticos e tratamento durante a pandemia.
- Finalmente, relatar a importância do conhecimento, e a contribuição da medicina tradicional do povo umutina-balatiponé para conter a crise sanitária da Covid-19 dentro das aldeias no território umutina.

Metodologia.

O estudo realizado, é baseado em análise de documentos oficiais das secretarias de governo do Estado de Mato Grosso, no sentido de se obter um diagnóstico mais preciso sobre o que foi realizado em prol dos povos indígenas durante a pandemia. Além desse aspecto, foram realizadas entrevistas via áudio com lideranças do povo umutina-balatiponé, com o intuito de observar o lado receptor das políticas públicas. De uma maneira geral utilizaremos como fontes analíticas os sites oficiais, revistas científicas, notícias de rádio e jornais. A título de conclusão, o trabalho pretende propor algumas ações que possam ser viabilizadas em prol do povo indígena.

A abordagem adotada é a qualitativa. Segundo Gil (1999) o uso dessa abordagem possibilita uma investigação mais profunda das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, valorizando-o contato direto com a situação analisada, mas mantendo - se, aberta para perceber a singularidade-e os múltiplos significados dos fenômenos estudados. O levantamento de dados partiu de pesquisas bibliográficas e documental, bem como sites eletrônicos oficiais da saúde, além de artigos científicos.

Informações obtidas em diálogo com os indígenas, profissionais da saúde, foram igualmente relevantes para obtenção de um aprofundamento sobre o povo Umutina-Balatiponé. Ampliando as informações, a pesquisa também destaca a importância da medicina tradicional desenvolvida pelos povos indígenas. A medicina tradicional, é um dos pilares importantes da cultura indígenas, cujo, saber é passado de geração em geração.

1. Histórico do povo Umutina-Balatiponé

Neste tópico, aproveito o ensejo para discorrer sobre os aspectos históricos do povo Umutina-Balatiponé, desde o primeiro contato com a sociedade, até os dias atuais, realçando aspectos da vida e dos costumes do povo. A história que aqui vamos relatar, é fruto da memória dos anciãos do povo.

Eis o relato:

“Haipuku (Deus) vivia sozinho no mundo e para sua companhia, foi fazer vários experimentos. Primeiro então, ele juntou bacava do campo, fruta macho e fruta fêmea, vai juntando, juntando e juntando e deixa ali. À noite Haipuku, fica assustado com conversas e, quando vai verificar, as frutas tinham virado gente. Haipuku fica muito alegre, satisfeito com os companheiros. Haipuku foi experimentar fruta de figueira de folha larga, juntou, juntou até dar um comprimento, deixando ali de lado. À noite, ouviu conversa de gente e foi ver, a fruta de figueira da folha larga tinha virado gente. Então ele já tinha muita gente. Experimentou novamente juntar fruta da bacava do mato, juntou, juntou e saiu gente de cabelo comprido, dois homens e duas mulheres, dois casais. Para aumentar mais pessoas experimentou com mel de tatá. Saiu um casal com a cabeça pelada. Haipuku já tinha bastante povo, muito povo, criou barriga de perna por dois lados, ficou apavorado e procurou um pé de figueira, então racharam as pernas e nasceram quatro crianças, dois meninos e duas meninas. As crianças não quiseram ir com ele pra sua casa. Haipuku mandou fazer um ametá para as meninas e um arco para os meninos, aos dois civilizados. A menina civilizada não se ajeitou com o ametá e o menino civilizado não ajeitou com o arco. Eles não quiseram ir com ele acompanhar na sua casa. Então, o menino e a menina indígena ajeitou com o ametá e o arco. Haipuku falou para eles morarem com ele, em sua casa, mas eles não quiseram ir. Então, Haipuku disse: “Para onde vocês vão?”. Eles disseram: “os civilizados, para a direção do Rio Paraguai, para baixo e as crianças indígenas, em direção ao Rio Bugre para cima”. Assim surgiu a origem da vida do povo Umutina, Haipuku fez esses experimentos com frutas de bacava e a fruta da figueira, e assim criou companheiros para ele no mundo”;

A história do surgimento do povo umutina-balatiponé, foi recuperada graças à memória e a participação dos anciãos nesse processo. Esse diálogo foi fundamental para a compreensão das principais estruturas organizacionais do povo indígena. O estudo da cultura local, também permitiu compreender o simbolismo presente no preparo das danças, dos rituais, bem como na extração de recursos naturais, apenas o necessário para suprir as necessidades (alimentos, caça e pesca). Nesse esforço de um melhor conhecimento sobre as práticas e os hábitos da cultura indígena, existem evidências de que, vários eventos, imagem do povo foram registrados por

Schultz cuja colaboração foi essencial para o resgate histórico do povo Umutina-Balatiponé. Por outro lado, em função de uma certa imprudência, e da

submissão que os umutinas tinham na época aos agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os registros desapareceram, e hoje temos um acervo muito reduzido de documentos que retrata a história dos umutinas, vale lembrar que os poucos documentos que ainda são preservados, se dá pela ação do próprio povo. Posteriormente, todo esse acervo é repassado aos jovens. Para um ritual Atukaré confecciona, com a palha de buriti, símbolos de arraia e outros peixes, Alto Paraguai, Mato Grosso. Foto: Harald Schultz, 1943/44/45

No processo de análise, constata-se que a passagem de Schultz entre os umutinas, é considerada a chave para o fortalecimento, e avanço na revitalização da cultura do povo. Em função dos registros que se tem, foi possível restaurar as danças e línguas maternas. Atualmente a transparência da revitalização da cultura umutina, se vê no dia-a-dia, dentro das aldeias, trabalhados também em sala de aula, cujos professores também são indígenas do povo.

Harold Schultz (1943 a 1945) foi um etnógrafo, que na época esteve entre os Umutinas, onde realizou estudos com base na observância do cotidiano do povo, que na época ainda viviam na maloca (casa tradicional). Diante dos estudos realizados em sua obra, é notório que Schultz também possibilitou que esses acervos chegassem ao conhecimento das futuras gerações, fortalecendo os laços entre o passado e presente, de forma a garantir que a história não

fique apenas na memória, e sim, em imagem real do povo. Contudo, o contato com os umutinas, teria sido um grande desafio para os não índios, até mesmo pelo fato de serem de natureza distinta, olhar diferente, sobre qualquer forma de relação que se apresentavam diante deles, a resistência era nítida. No território umutina, recursos naturais como a poaia e a seringa, tinha um valor considerável no mercado. O preço desses recursos influenciavam a entrada de pessoas no território, gerando conflito entre ambos os lados e, dificilmente, havia possibilidade de construir alguma forma de consenso. A cultura não só dos umutinas, como também de outros povos, não incorporaram o capitalismo como uma forma primordial de subsistência, a relação com a natureza era mantida de forma respeitosa, tanto que para realizar uma caça e pesca, antes era solicitado permissão aos donos dos animais, em forma de ritual. Até mesmo os nomes, cada qual tinha um significado específico, cantos como o Katamã, dentro da cultura, é uma forma de homenagem ao pássaro conhecido pelo nome de martim pescador, o inventor do arco e da flecha (boyka, ixó), artefatos principais de caça.

Ritual Umutina, Alto Paraguai, Mato Grosso. Foto-Harald Schultz, 1943/44/45.

A volta ao passado, possibilita compreender o hábito de vida dos umutinas, de como era feito o preparo dos alimentos, até mesmo os produtos industrializados, eram desconhecidos por eles, apenas os alimentos naturais (caça, pesca, xixa, mel) eram exclusivos nas suas refeições. O povo praticava

atividade para a sua própria sobrevivência, diferente dos dias de hoje, com a chegada da tecnologia (energia elétrica, internet) nas aldeias, a população teve que se adaptar a esse modelo de vida. Várias iniciativas tiveram que ganhar espaço, e serem acrescentadas em seus modos de vida, e em seguida, a adaptação se deu de forma recíproca. Outro ponto, foi buscar alternativas fora do território, junto ao poder público municipal, estadual, federal e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão responsável pelas políticas de atenção aos povos indígenas.

Assim, percebe-se que diante das ocorrências históricas que levaram a decadência a cultura dos umutinas, observa-se que os jovens não deixaram de seguir o legado de seus ancestrais. Em 2014, Ademilson Calomezoré, músico e integrante do povo, compôs e publicou uma canção, que retrata a triste fase que culminou em grande problema para o seu povo, ainda no início do século XX, com aproximação de uma realidade pouco conhecido, com as que se apresentava como civilizados. A música fez ressurgir uma nova expectativa para a juventude do povo, explorar mais a história de vida. A música é dedicada aos ancestrais, que lutaram bravamente para garantir que as futuras gerações do povo, não desaparecessem de forma trágica, violenta e precoce, e se inicia da seguinte forma;

“ Preste muita atenção, no que agora vou dizer, esta história tão triste, que o mundo tem saber, no Estado de mato grosso, a muitos tempos atrás, nas margens do rio bugre, também do rio paraguai, moravam mais de mil índio, corpos pintados então, de jenipapo e urucum, arcos e flecha nas mãos, viviam muitos felizes, neste lugar do brasil, mas tudo se reverteu, veja o que aconteceu. Em 1911, chegou aqui nesse lugar, o tal do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que fez tudo mudar, suas danças e seus rituais, vocês não iram realizar, também o seus idiomas, vocês não iram mais falar, os índio tão indefesos, sem ter como se defender, se reagissem eles eram, punidos até morrer. Naqueles tempos de dor, passou nesta região, um militar viajante, chamado marechal rondon, ficou muito comovido por tão sofrimento ali, não aceitou ver aquilo, então nessa dor pois um fim,, libertar desta prisão, na mata foram morar, cantando muito felizes, seus cantos a entoar , mas avistaram de longe, uma grande multidão, que vieram aos

seus encontros, de chapéu e armas nas mãos, saíram aos seus encontros, para a todos saudar, eram homens gananciosos, que vieram a poaia explorar, trouxeram febre e o sarampo, coqueluche e doença sem fim, de repente uma guerra naquele lugar se expandiu. Muitos morreram na guerra, sangue inocentes no chão, morreram inocentes, minha mãe meu pai e meus irmãos, hoje nos restam lembranças, dos tempos dos nossos ancestrais, que esse fato viveu, mas nem tudo se perdeu, com grande dor essa historia, venho a vocês ressaltar, somos o povo umutina, e viemos revitalizar”(homenagem aos ancestrais do povo umutina).

Quando se deu início ao processo de pacificação dos umutina, a saudação agressiva, era incompreensível para os não índios, isso pelo fato de desconhecerem esse aspecto, que desde da existência dos umutinas, representa um olhar receptor ao deparar com outras pessoas fora do grupo, a outras estando a suas volta. A saudação agressiva, é a forma que os umutina complementavam as pessoas que se apresentavam diante deles, e era tido como ato de intimidação, risco, pois os gestos feitos, apresentavam sinais de agressividade perante aos não índios. Na concepção ocidental, a saudação pode ser interpretada como um meio pelo qual as pessoas transmitem paz, harmonia, respeito ao próximo, e pode ser caracterizado pelo aperto de mão, abraço, beijo no rosto. Na época, antes do contato com os Wuase (não índio), havia muito conflito entre ambos os lados, na ocasião do contato, os gestos agressivos apresentados pelos Umutinas, sem entender o seu real significado, os não índios acreditavam que algo de ruim estava por vir. Quando os Umutinas se deparavam com alguém, os gestos como balançar a cabeça, bater os pés firmes no chão, movimentar o corpo de forma agressiva, e apontar a flecha em direção das pessoas que estava a sua frente, significava saudação. E do ponto de vista dos não índios, o significado era de risco à vida, ou seja, apontar a flecha em direção das pessoas de forma agressiva, não era algo de natureza pacífica.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910 sob o governo do presidente Hermes Rodrigues da Fonseca, se encarregou de pacificar os índios, integrando-os na sociedade civilizada segundo o ponto de vista

ocidental. Na ótica cultural, como bem descreve Corezomaé (2017. p. 16) "durante o processo de pacificação, os primeiros a aproximaram do acampamento montado pelos homens do SPI foram os índios adultos, depois trouxeram os jovens adolescentes e, mais tarde, vieram as famílias inteiras". A natureza dessa interação entre o índio umutina e os homens do SPI, posteriormente resultou em um grande impacto no cotidiano do povo, com o contato o choque cultural se tornou algo inevitável. A falta de conhecimento dos umutina na cultura dos não índios fez com que o olhar do povo, a cosmovisão, não fosse relevante para os homens do SPI na época. Após o contato, criou-se o primeiro posto dentro do território denominado por "Posto Velho" situado às margens do rio Bugres, afluente do rio Paraguai.

Entretanto, como mencionado anteriormente, com o contato dos umutinas, muitas coisas surgiram, além dos impactos sobre a cultura, que já eram previstos, a fase mais trágica após contato, foi quando houve a transmissão pelos agentes do SPI de doenças que acabaram dizimando quase toda a população. O fato desencadeou uma dimensão de problemas para os indígenas do povo, doenças como sarampo, tuberculose, caxumba, coqueluche, pneumonia exterminaram precocemente quase toda a população do povo. Ainda no século XX, a alimentação dos umutinas era tudo natural, os alimentos industrializados eram desconhecidos por eles, a genética talvez não estavam preparados para absorver alimento que continha substância química. Outro fator relevante que levou em decadência o contexto, vivência, cultura, língua materna dos umutina, foi a imposição coercitiva do SPI sob seus costumes. Os umutinas foram obrigados a deixar os seus costumes, foram proibidos de falar a língua materna, até mesmo para vender algum produto, fruto do trabalho na roça de toco na cidade, teria que pedir permissão ao chefe do posto, que era um agente do SPI. Na verdade, o objetivo de pacificar os índios, seguindo a perspectiva do órgão governamental SPI, era algo inverso, era de extermínio dos índios na época, muitas vidas foram ceifadas por esse regime, a relatos de lideranças do povo umutina como a do senhor Garivaldo, que afirma;

"O nosso povo foi obrigado a deixar de praticar os nossos rituais, éramos maltratados por esse regime. Até para irmos à cidade de Barra

dos Bugre vender os nossos produtos, frutos de trabalho na roça de tóco, tínhamos que pedir permissão para o chefe de posto que era agente instituído pelo SPI. Naquela época, vivíamos a mercê da vida dentro do nosso próprio habitat, os nossos filhos não tinham tratamento adequado, os nossos anciões desrespeitados, humilhados, levam surra por lutar por direito de viver em harmonia, viver em liberdade como viviam antes da chegada do SPI aqui na região” (entrevista realizada por meio de áudio).

No início do ano de 2000, um grupo de jovens umutina, na época coordenado pelo senhor Valdomiro Calomezore, líder do povo (à época), iniciaram um processo longo, complexo de revitalização da cultura do povo umutina. O objetivo era de explorar os mais velhos na busca de conhecimento, sobre a origem do povo, sobre as danças, rituais línguas maternas e cantos, por se tratar de um povo bastante impactado com o contato com os não índios, houvesse a necessidade de reunir toda a comunidade para juntos dialogar com os anciões, e encontrar um caminho que seja construtivo para todos (registros, documentos deixado por Schultz, foram importante para o processo de revitalização). No início houve uma grande resistência, muitos não queriam aprender a cultura dos umutinas, para entender esse contexto, retornaremos no meado do século XX.

Conforme relata Corezomaé (2017);

A população Umutina diminuiu drasticamente de modo que, em 1934, Rondon, preocupado com a situação da segurança da terra, trouxe da aldeia Utariti, situada hoje no município de Sapezal/MT, grupos de índios Paresi e Nambikwara que passaram a viver juntos aos Umutina. Anos mais tarde, vieram pessoas de outras etnias para residir também no local (COREZOMAÉ, 2017, p. 18).

Anos se passaram, até que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) um órgão estatal, já mencionamos alguns fatos que ocorreram nesse período, na época comandada pelo General Rondon a serviço do governo. Rondon esteve entre os umutinas, ele constatou que o povo quase foi extinto, e a causa seria o efeito do contato entre os umutinas e os não índios que na época invadiam o território para explorar os recursos naturais (poaia, seringa etc..) e os agentes

do SPI. Então, para garantir a posse permanente do território, Rondon incorporou juntos aos umutinas indígenas de outras etnias, aumentando assim o número de pessoas no território, diante do que estava prestes a acontecer, a unificação dos povos Pareci, Terena, Manok, Nambikwara, Kayabi, Bakairi etc.. Trouxe esperança naquela região. O resultado dessa junção, não foi muito bem aceito pelos umutinas, enquanto os umutinas queriam repassar aos jovens sua cultura, eram questionados por outros, ou seja, uma desavença surgiu a partir daquele momento. Como já havíamos contextualizado anteriormente, no início de 2000, o Cacique Luiz Gonzaga(in-memória) era muito dedicado ao seu povo, mantinha firme sua postura de líder dentro do território, não media esforço para buscar diálogo com o povo, e encontrar caminho pacíficos para a resolução dos problemas internos dentro da comunidade, inclusive as desavença entre as etnias trazidas por Rondon, e os umutinas que ali já se encontravam. A abordagem é tendenciosa, porém, com a participação de todos os membros do povo, foi possível chegar a um consenso, conforme afirma Corezomaé “Este processo não foi nada fácil para os Umutina, mas da mesma forma aconteceu com as outras etnias que a exemplo dos Umutina viam suas identidades misturadas, sua língua e culturas sendo violentamente invadidas (COREZOMAÉ, 2016,p.15).

Em processo contínuo, com o avanço na pacificação dos umutina, a história não esconde os vestígios deixados pelos colonizadores, as marcas, ainda estão muito presente na vida do povo. Na perspectiva de Quezo (2005), o povo umutina, antes do contato, vivia em harmonia, eram nômades e já praticavam agricultura, caça, e pesca, os rituais eram enraizados no cotidiano do povo, inclusive a comunicação que era somente na língua materna, tradicional do povo. A partir de 1911, a cultura entrou em decadência, por conta da interferência ideológica dos não índios, sobre suas culturas, a dinâmica de vida sofreu um grande impacto, que gradualmente foi aos poucos diminuindo, chegando ao declínio. As crises associadas aos interesses econômicos na exploração dos recursos naturais, perdurou por um longo período. Mesmo com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ano anterior, que surgiu a partir de uma necessidade de garantir os direitos dos povos indígenas no Brasil. As negligência por parte do governo, tendem a aumentar ao invés de

diminuir, a estabilidade e segurança aos povos indígenas, inclusive para os umutinas, ficaram como sendo a última pauta dos governos.

Muitos acreditavam que a partir daquele momento, com a institucionalização do órgão estatal as lutas contra a invasão dos territórios teriam chegado ao fim. Com a institucionalização do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a realidade dos povos indígenas no Brasil, se transformou indo de mau a pior, inclusive do povo umutina, muito se discute que, a ação, os projetos que resultou na criação do SPI, após ser criado, não seguiu os parâmetros legais, conforme estabelecido pelo Estado, ou seja, caminhou na contra mão, enfraquecendo, e posteriormente extinto por conta das denúncias de violação de direitos e vários outros crimes cometidos contra a integridade física, cultural das populações indígenas no Brasil. Somente na década de 60 o território passa a ser de posse permanente dos umutinas após ser reconhecido, e demarcado pelo governo como relata Quezo (2005);

A Terra Indígena Umutina foi reconhecida através do decreto estadual nº 385 de 06/04/1915 e assinado pelo governador. Recebeu o título definitivo, dado pelo Estado de Mato Grosso no dia 22 de abril de 1960, através do registro nº 4. 021, livro 3-D, folhas 270/29/04/60, no Cartório do 1º ofício Comarca de Rosário Oeste/MT, com o nome de Posto Indígena Umutina. (arquivos da FUNAI). Antigamente o povo Umutina dominava um vasto território que compreendia a região dos rios Sepotuba, Bugres e Paraguai, onde praticava a caça e a pesca. Com a chegada da colonização no Estado de Mato Grosso, o povo Umutina, que era nômade, acabou perdendo essa liberdade por causa da pressão dos seringueiros e poaeiros que se adentravam na região, causando conflitos e mortes em ambas as partes (QUEZO, 2005, p. 6).

A demarcação do território umutina, teve o acompanhamento das pessoas mais velhas do sexo masculino, alguns já não se encontram mais em vida. Atualmente, mesmo com a garantia, e dos direitos à terra assegurados pela Constituição Federal promulgada em 5 de novembro de 1988, muitos povos indígenas no Brasil, ainda não tiveram suas terras homologadas pelo Estado. E essa ausência em cumprimento das leis, se torna uma causa, e posteriormente as consequências surgiram em decorrência da não demarcação dos territórios, pelo Governo, conflitos constantes entre indígenas e produtores rurais ganham espaço no campo, e sem a solução dos problemas que foi

criado pelos governos anteriores, isso causa revolta, leva a crer que talvez a solução para a demarcação dos territórios indígenas no Brasil, não está mais no contexto político.

Na atual conjuntura política (início do século XXI) a uma polêmica acerca dos direitos indígenas, a proposta é de limitar as demarcações dos territórios, por meio do projeto PL 490, que se intitula “Tese do Marco Temporal”. Essa tese, é um projeto da bancada ruralista, e o propósito é de alterar alguns dispositivos constitucionais dando credibilidade às imposições de políticos contrários à agenda ambientalista, e tudo que diz respeito à demarcação dos territórios no Brasil. Esse projeto, enfraquece as cláusulas pétreas incorporadas no artigo 231 e 232 (parágrafos) da Constituição Federal, com o intuito de flexibilizar o maior ordenamento jurídico deste país, abrindo as portas para o avanço dos conflitos no campo.

A tese do Marco Temporal (PL 490), determina que somente as populações indígenas presente em uma determinada região (território) no dia da promulgação da Constituição Federal (05/10/1988) terão direito a reivindicar a demarcação do território, e também, os territórios indígenas demarcados recentemente, o processo precisará passar por uma nova revisão demarcatória, podendo levar a revogação da demarcação desses territórios. E mesmo com a proteção jurídica desses territórios, é surreal que as atrocidades protagonizadas pelos maiores representantes da nação, podem influenciar com suas decisões, o conflito no campo.

O povo umutina, por sua vez, não enfrenta mais o problema de demarcação, mas não descarta a hipótese de que o governo, precisa rever as decisões que anteriormente foram tomadas, sem ouvir a população indígena. Muitas etnias foram expulsos de suas terras, principalmente no período do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), temos exemplos do povo Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, que sofrem com a não demarcação de seus territórios, até hoje. A uma briga no judiciário brasileiro, e não se sabe se a sua finalidade, será a favor ou contra as populações indígenas. Essa abordagem, veio no sentido de apresentar as principais afrontas de grupos de interesses econômicos, sobre essas populações, que desde da colonização ainda sofrem ataques às suas integridades.

Foto: Vista Google Maps da Terra Umutina e a área do Rio Sepotuba - Cerca de 160 km a pé.

A área geográfica do território umutina, é situada em uma transição entre a Amazônia e o Pantanal, dos 28.120 hectares demarcado, 500 são area aberta (campo), é o local considerado apropriado para o povo cultivar suas roças de toco, plantar, usufruir naquele pedaço de terra, tudo que atenda os anseios do povo, sem precisar derrubar floresta.

Nas palavras de Cruz (2012);

Com relação à estrutura física, a aldeia central possui um formato retangular, onde as casas são distribuídas uma ao lado da outra. Porém, com o crescimento da população, novas moradias foram construídas nas proximidades e devido à aglomeração de pessoas e até por causa de alguns conflitos entre famílias, vêm surgindo novas aldeias. Uma parte das casas foi construída na época de Rondon pelos próprios índios que residiam no Posto. São pequenas casas de alvenaria dispostas uma ao lado da outra acompanhando a estrutura geométrica da aldeia. Nessas casas ainda residem alguns dos remanescentes Umutina. Todas elas recebem água encanada e energia elétrica e quase não há mais casas tradicionais. A maioria das famílias já possui eletro-eletrônicos, inclusive algumas já são proprietárias de carros ou motos. Hoje existe no local uma boa infraestrutura, com farmácia que serve como posto de atendimento às pessoas da comunidade, além de uma

pequena padaria mantida pela associação das mulheres, onde fabricam pão caseiro e bolos 22 que são vendidos na própria aldeia. A organização política da aldeia Umutina é composta por cacique, chefe de posto, lideranças, profissionais de saúde, professores, associações, conselhos, pastoral da criança e comunidade (CRUZ, 2012, p. 21).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criado no de 1967, pelo decreto 5.371, em decorrência das denúncias de violação de direito pelo órgão que o antecedeu (Serviço de Proteção ao Índio/SPI), ganha respaldo no cenário nacional, como um órgão que surgiu a partir de uma ampla investigação, sobre ato de corrupção, ineficiência, exploração de mão de obra, imposição coercitiva aos povos indígenas, ressaltamos que as lembranças dos tempos obscuros que a passagem do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) causou aos umutinas, ainda não foram apagados da memória, principalmente dos anciãos, sendo que além das destruições (tentativas de apagar os umutinas da história), os seus costumes, idiomas, e rituais por pouco não desapareceram.

Ao ser instituído, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tomou conhecimento de vários casos de articulação de vendas de terras indígenas, envolvendo agentes do SPI e os latifundiários/ruralistas. Várias etnias do Estado, não solicitaram interferência da segurança pública, por receio aos crimes que até os dias atuais ocorrem, e maiorias das vezes, os autores ficam impune, e mesmo diante das atrocidades, os povos indígenas nunca se recuaram diante das lutas envolvendo a demarcação e a proteção de seus territórios. No caso dos umutinas-balatiponé, uma parcela de seus territórios foram entregue para fazendeiros da região, hoje por conta da violência no campo, e insegurança por parte das autoridades públicas, a reivindicações estão paralisadas, segundo as lideranças, é uma forma de evitar conflitos, já que as autoridades revertem a situação em prol dos fazendeiros, é uma burocracia sem tamanho, não queremos que os nosso filhos, as futuras gerações herdem lutas que surgiu de forma equivocado.

O território umutina, foi reconhecido no final dos anos 60, e sua extensão conforme menciona Monzilar “A área do território é de 28.120 hectares, onde se encontram grandes variedades de seres vivos que interagem constantemente, humanos e não humanos, o material e o imaterial”

(MONZILAR, 2019, p.01). A demarcação do território é uma pauta prioritária na política indigenista, os direitos à terra estão previstos e assegurados pela Constituição Federal de 1988, é um direito pétreo, e cabe ao Estado cumprir o seu papel.

Mapas representativos das aldeias homologadas. Ilustração Larissa Borges.

Hoje, a população da comunidade está dividida em 6 aldeias, distribuídas em várias partes do território, contudo cada aldeia tem seu líder (cacique). Sempre a reunião onde todos os membros do povo são convocados para junto tomar decisão a respeito das questões internas, e externas, do povo, e diante das circunstâncias, cabe aos caciques responder pelo povo, todos defendendo, apoiando as mesmas causas. Apesar de cada aldeia ter o seu representante, nesse caso o cacique, as decisões envolvendo o território em si, é decidido a partir de uma assembleia, em que todos os membros juntos decidem o que é melhor para o povo democraticamente. O território umutina, é o único lugar na região que possui matas nativas, como mostra a imagem abaixo;

Encontro entre o Rio Bugre e o Rio Paraguai, sendo que a parte esquerda está o Rio Bugre, a parte direita o Rio Paraguai, e na parte interna entre os dois rios, se encontra a TI - Umutina - Balatiponé. Foto: Nilson Guedes.

2. Histórico da Covid-19 no Território Umutina-Balatiponé

A constituição federal de 1988 dispõe em seu artigo 196, que todos os cidadão e cidadãs brasileiros, têm o direito à saúde de qualidade, que todos possam ser contemplados com atendimento, público e gratuito, sendo de responsabilidade do governo priorizar as políticas públicas de estado. Assim valorizando a participação da sociedade nos processos de tomadas de decisão, para que a atenção do governo em prol da sociedade seja de acordo com as especificidades (artigo 231;232 c/f).

A atenção do governo com as populações indígenas em Mato Grosso, tem se pautado pelo descaso, pela negação ao atendimento específico previsto no decreto Lei nº 12.314/2010 que atendeu uma antiga reivindicação dos povos indígenas, ao atendimento diferenciado. O governo tende a dificultar o acesso dos indígenas a esse direito, isso ocorre inúmeras vezes, a partir do momento que não se cumpre o que está na lei, começa desde então a negação. É importante destacar a indicação política como um dos fatores que problematizam esse cenário, cargos como Coordenador do Distrito Sanitário

Especial Indígena (DSEI) estão entre os mais cobiçados. O Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá (DSEI), por exemplo, atende mais de 10 etnias dentro do Estado, cada um com suas especificidades, culturas diferentes, regiões, e localidades diferentes, em alguns só é possível chegar por meio de transporte aéreo, ou de barco.

No entanto, considerar as diversidades de povos indígenas dentro do Estado de Mato Grosso, que juntos somam um total de 43 etnias, e uma população segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2012), é um dever que deve ser posto em prática pelo governo. Estima-se, um número de mais de 42 mil indígenas, situado em diferentes regiões geográficas no Estado, ainda por se tratar de diversidades de povos, cada qual com suas particularidades, cultura diferente, é importante nos atentar sobre a complexidade, principalmente no que tange o caminho para chegar às diversas regiões, para que seja feito um estudo que contemple a todos os povos que habita uma determinada região.

Lembrando que o primeiro caso da Covid 19 entre os indígenas no Estado, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) foi registrado em maio de 2020. Uma indígena da etnia xavante, que por conta do tratamento de uma doença crônica conhecido por hemodiálise, estava em uma Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai) no município de Barra do Garça, as informações obtidas sobre o caso, é que possivelmente ela contraiu o vírus após ir até o mercado mais próximo com seu acompanhante, para comprar itens de uso pessoal, e gêneros alimentícios (15/05/2020 às 15:09). O caso deixou em alerta toda a população da etnia xavante, pois além de ser um vírus pouco conhecido naquele momento, as equipes de saúde da região, já haviam alertado os indígenas sobre a letalidade que a Covid-19 poderia trazer, caso adentrasse nas aldeias.

A discussão que vamos iniciar neste parágrafo, busca ampliar o debate, sobre a dor, e a tristeza causado pela Covid-19 ao povo Umutina-Balatiponé, que se localiza na região de Barra dos Bugres, entre os rio Bugres (xópo) e o rio Paraguai (Laripó) uma ilha fluvial, cerca de 170 km de Cuiabá (MT). A população é de 573 pessoas divididas em seis aldeias, o desafio do povo

Umutina-Balatiponé diante da covid 19, talvez não seja tão diferente como de outros povos, o Território é muito próximo ao município de Barra do Bugres, motivo este que facilitou a propagação do vírus aos indígenas. O contato direto com moradores às margens do Rio Bugre tem sido um aspecto considerado protagonista a entrada da Covid 19 no território, quando houve o primeiro caso do vírus dentro do território, de imediato as autoridades locais sendo eles caciques, e lideranças exigiram aos membros do povo, que se iniciasse o mais rápido possível o trancamento das entradas principais da aldeia. Cacique é um líder político tradicional do povo, ele é quem determina as ordens dentro das aldeias(com base no consenso decidido coletivamente em reunião) a covid-19 deixou todos nas mais triste condição mental (insegurança/medo) por se tratar de um vírus fora do conhecimento tradicional.

O primeiro caso da Covid-19 dentro do território foi registrado entre 29/07 a 03/08 de 2020, vindo a óbito dois membros da comunidade. Ainda sem o conhecimento amplo sobre o vírus, a principal forma de evitar a propagação nas aldeias, foi trancar todas as entradas, houve reunião entre as lideranças locais, para compartilhar as informações sobre o caso a toda população do território. A princípio houve muita resistência ao iniciar o processo de isolamento social dentro do território, a notícia referente ao caso, atingiu de forma direta os costumes, a cultura do povo, pois o hábito de vida, a rotina, o dia a dia, ficaram todos comprometidos com a chegada da Covid-19 no território.

Apesar das notícias estarem em alta, muitos membros do povo ainda não acreditavam que o risco era algo previsível diante do aumento do caso de pessoas infectadas na cidade próxima. Com a orientação dos profissionais da saúde sobre os sintomas da doença, se deu início ao processo de busca de remédio caseiro, muitas ervas, raízes, folhas foram testado para que se iniciasse o tratamento de todos os indígenas naquele momento, a medicina tradicional garantiu a comunidade, um tratamento precoce e eficaz no combate a Covid 19. Com uma população de 573 pessoas, entre o período de 29/07/20, já mencionado acima, até dezembro de deste mesmo ano (12/20) 43 indígenas testaram positivo para a Covid 19 no território, dentre esses números apontados, duas pessoas vieram a óbito.

Confira vídeo do momento da chegada da vacina na aldeia:<https://www.youtube.com/watch?v=Mx73pEk-NZE>

Fonte: Assessoria

A aldeia Umutina, recebeu no dia 21/01/2021 a primeira dose da vacina contra covid 19, nas margens do Rio Paraguai, agentes de saúde, acompanhado pela força de Segurança Nacional, se deslocaram da Capital de Mato Grosso, Cuiabá, para atender os povos indígenas nos territórios, chegando às margens equipes de agentes de saúde indígenas e lideranças, como caciques

fizeram a recepção e os acompanharam até às aldeias. O primeiro indígena a ser vacinado contra covid 19 no território, foi o senhor Dionísio Uapodonepá, cacique da aldeia Uapo. O cacique também teria sido infectado pelo novo vírus, mas conseguiu realizar o tratamento precoce utilizando a medicina tradicional.

3. A ação governamental no Território

4.1 O testemunho do povo Umutina-Balatiponé em relação a Covid-19

Diante das circunstâncias, conforme ponderamos no início desta proposta, a região onde se localiza o território umutina se encontra entre dois rios. O rio Paraguai e o rio Bugre que, juntos formam um grande ilha fluvial, que cerca as aldeias do território, por este motivo, o acesso às aldeias se torna um desafio constante no período de chuva, e nesta ocasião, contamos com

assistência de um membro do povo para coletar dados sobre a situação da covid 19 no território, desde então, o jovem Akson Monzilar, membro do povo, se encarregou de buscar informações sobre a situação da saúde, e andamentos do caso de contaminação da covid 19, inclusive sobre os óbitos que ocorreram no território. O resultado é agravante, a insegurança, a incerteza de que a assistência por parte do governo não seria priorizar diretamente as comunidades indígenas, deixou todos em alerta, houve um choque cultural muito profundo, que acabou afetando a saúde não só física, mas também a saúde mental de toda a população. Além da contribuição e apoio de vários membros do povo, os argumentos sobre os impactos são bastante similares, esse é um ponto muito interessante, por se tratar de um contexto, onde todos compartilham o mesmo espaço, e com a chegada do novo vírus, todos tiveram que se adaptar uma nova rotina. Nas palavras de Glaucio Boroponepá, agente de saúde indígena da aldeia Umutina (aldeia central do território), ele relata que com a chegada da covid 19 no território, houve uma mudança imprevisível na rotina do povo, toda comunidade fora pega sem ter preparo algum, para ao menos evitar com que o vírus não impactasse tanto a população do território.

Contudo isso, Glaucio Boroponepá relata que;

“ Antes da pandemia, tudo era de acordo com a nossa vivência, tínhamos liberdades para ir e vir dentro do nosso território, as crianças brincavam o tempo todo, sem ter hora de parar. Somos 6 aldeias, até mesmo para praticar os nossos rituais, conforme estabelece a cultura, fomos impedido inúmeras vezes. Quando o vírus chegou à nossa aldeia, o choque foi tão grande, que eu cheguei a pensar em abandonar o meu emprego para cuidar da minha família, mas logo percebi que, o meu papel era de cuidar das pessoas, salvar vidas, estar junto com a equipe de saúde, tentando ao menos flexibilizar o impacto trazido pela Covid-19” (entrevista via áudio).

Nesta mesma vertente, a senhora Jandira de 54 anos, Liderança da aldeia, enfatiza que a preocupação diante do caso, deixou a comunidade de forma geral, em choque, pois além de se tratar de um vírus letal, afirma que nunca pensou que o vírus chegasse dentro de sua aldeia. A família toda contraíram o vírus, mas graças a Haykpu(Deus) não sofreram as

consequências letais que poderiam ocorrer em decorrência da contaminação. A principal fonte a se buscar naquele momento, foram os recursos naturais, a utilização da medicina tradicional foi a principal ferramenta para o tratamento, pois já que a ajuda por parte do governo, ainda não era sinalizado para que houvesse uma intervenção imediata no combate ao vírus no território. Nas palavras da senhora Jandira;

“A covid-19 chegou na minha aldeia, como se fosse um relâmpago, muito rápido, e junto os problemas, muitos foram infectados, houve 3 perdas de anciões. O meu filho e o meu esposo, por muito pouco tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus. Eu também foi infectada pelo vírus, mas não chegou a ser tão grave, confesso que a preocupação se transformou em desespero, eu olhava para as crianças, e vi que perceberam que algo de ruim acontecia naquele momento, sentiram que não podiam mais brincar no terreiro de suas casas, e nem visitar os vizinhos, logo o desespero tomou conta de tudo”

A covid 19, se propagou como um vento, e acabou alcançando até às aldeia mais distante, como foi o caso da aldeia Bakalana, que fica a 20 quilômetro da aldeia central (umutina), onde vivem 13 famílias. Neste sentido, é importante retratar aqui, que mesmo diante da distância, em localidades mais remotas, dentro do território, impediu que o vírus alcançasse um número considerável de pessoas, como foi o caso da aldeia Bakalana. O caos que assolou o mundo, mobilizou várias entidades, Organizações não Governamentais (ONGs), atores públicos etc.. Em todas as partes do país, porém, as comunidades indígenas, principalmente as que ficam em regiões mais remotas, sem qualquer forma de contato direto com a sociedade, ficaram à mercê de atendimento, por conta da negligência do Governo Federal. Quando se trata de saúde indígena, ou de qualquer situação tendencioso por assim dizer, voltados a esses povos, tudo passa a ser mais complexo, porque além de cada povo ter sua cultura e segmentos diferente, qualquer diagnóstico vindo do conhecimento ocidental, aplicado sem ter o conhecimento da realidade/vivência do povo, pode acabar, de tal forma, prejudicando a saúde e até mesmo a vida dessa parcela da população.

A muito tempo a saúde indígena vem sofrendo descaso, com a falta de estrutura, de equipamentos necessários para a realização de consultas, investimentos, sendo um orçamento mais caro da união, a vários questionamentos feito a respeito dos recursos destinados a atender esses

povos, porém, o que se apresentou durante a chegada da covid 19, para o povo umutina, foi a transparência inquestionável sobre a ausência da atenção do poder público, em priorizar a saúde diferenciado dos indígenas, conforme é previsto, e assegurado por lei.

No histórico do povo umutina-Balatiponé, consta uma grande presença de doenças advindas do contatos com a sociedade, a triste recordação que se passou na vivência do povo com a chegada da Covid-19 em suas aldeias, fez memorizar os mesmos impactos que a Coqueluche, Sarampo, e a Gripe trouxe quando contaminou vários membros do povo naquela época, ocasionando muitas mortes.

Com intuito de evidenciar os fatos presentes naquele mesmo momento em que o vírus adentrou dentro do território umutina, a senhora Euziane Calomezoré de 58 anos (liderança), moradora da aldeia Bakalana, reitera a preocupação, e relatos de outras lideranças apresentadas nesta proposta. O problema maior, está associado à postura do nosso representante diante do caos, isso tem causado um grande decepção para o povo brasileiro, inclusive para nós indígenas, que sempre fomos esquecidos pelo poder público. No entanto, Dona Euziane acrescenta que;

"Fomos impedidos, ficamos presos em casa, os profissionais de saúde a todo momento passavam pela nossa aldeia, para obter informações sobre a situação das pessoas. Chegou um momento que tudo parou, o silêncio tomou conta, eu contrai o vírus, mas a preocupação maior foi ver a situação dos meus filhos, e netos, era com eles que eu me preocupava mais"(entrevista via-áudio)

A insegurança aumentou a tensão entre o povo, os agentes de saúde, visitavam diariamente todas as aldeias, mesmo com a falta de equipamento necessários para a realização dos atendimentos, não restavam outras alternativas a não ser recorrer ao conhecimento tradicional (medicina). Ao se ter a informações sobre os meios que facilitaram a chegada do vírus no brasil, a revolta tomou conta de todos, principalmente dos anciãos. A senhora Vera de 67 anos, conta que;

“ Eu fiquei muito preocupada, os meus filhos quase foram levados pelo vírus, foi muito preocupante, pedi muito a deus que protegesse o nosso povo. Quando tive informação sobre o surgimento do vírus, e como chegou ao brasil, fiquei revoltada,

como pode, um vírus vir de tão longe, atravessar o oceano, e chegar ao nosso território, as nossas aldeias, causar morte dentro do nosso povo, que culpa o nosso povo teve? (entrevista vi áudio)

Dessa forma, outras lideranças da aldeia, também expuseram suas críticas à chegada da Covid-19 no país, e como adentrou no território. Seguindo essa ótica, a população indígena no Brasil, apesar de terem cada uma suas peculiaridades, culturas distintas, são diversidades que historicamente são excluídas de alguns programas sociais, e também pelo racismo que ainda é presente na sociedade. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), se criou com o objetivo de garantir a integração desses povos, dentro do sistema diferenciado de saúde, e promover por meio de políticas públicas (ações afirmativas) especialização dos indígenas nas mais diversas áreas. O povo Umutina, hoje conta com 5 agentes indígenas de saúde (AIS), e um enfermeiro, tendo pessoas capacitadas dentro do território, a falta de recurso para a compra de medicamento ainda é escassa, e dificulta o procedimento do tratamento. A relação que os umutina têm com a natureza, proporcionou o conhecimento amplo sobre o uso dos recursos naturais, como a Kina, óleo de copaíba etc.. A ciência indígena, tem muito a contribuir, com o uso adequado e eficaz das ervas e plantas no contexto de cura, porém, alguns especialistas não aprovam o uso desses recursos dentro da medicina ocidental, mas se tem a ciência de que a maioria dos insumos utilizados para a fabricação de remédios, advém dos recursos naturais extraídos da floresta. O território umutina é rico em recursos naturais que podem suprir a necessidade diante de um impacto como foi o caso da Covid-19. A atenção, e os cuidados que as pessoas tiveram durante a pandemia da Covid-19, nunca se viu antes. O senhor Antonio Calomezoré, preocupado com a situação, comenta que;

“que nunca em minha vida a nossa comunidade precisou se isolar dentro do próprio território, o nosso povo sempre foi livre, aqui as crianças acordam muito cedo junto com os pais, e logo em seguida elas correm no terreiro de suas casas, brincam até o final do dia, a mesma coisa eu digo sobre os mais velhos. Os mais velhos saem cedo de casa para ir em busca de alimento para sua família, alguns são funcionários públicos precisam ir até a cidade cumprir com os seus deveres, então a pandemia da Covid-19, deixou o nosso povo muito triste, ficamos impedidos de muitas coisas. Eu particularmente, por

mais difícil que seja, ainda não entrava na minha cabeça o que de fato estava acontecendo, parecia filme que assistimos na televisão. Mesmo dentro do território, a nossa relação ficou comprometida, além da Covid-19, muitos guerreiros do nosso povo ainda resistiam ao isolamento. O impacto causado pela pandemia, trouxe desavenças entre os membros da nossa comunidade, pois devido a nossa cultura alguns insistiam em não seguir as orientações dos profissionais de saúde, talvez esse seria o momento mais difícil que enfrentamos dentro do nosso território” (entrevista realizada via áudio).

4. Impactos da Covid-19 no povo Umutina-Balatiponé.

A covid-19 ainda está muito presente na sociedade, e todos os cuidados devem ser redobrados, principalmente entre as populações mais vulneráveis, e pessoas hipertensas. Apesar das vacinas estarem à disposição de toda a população, existe uma grande possibilidade das pessoas que já foram infectadas, contraírem o vírus novamente e ocasionar danos à saúde, por conta das sequelas, principalmente daqueles cidadãos e cidadãs que se ausentaram da vacina.

A população do povo Umutina-Balatiponé tem a ciência das consequências que o vírus ainda pode causar ao povo, ah na memória de cada membro, o sofrimento, o desespero que deixou todos nas mais tristes condições de vida. A população, ainda passa por um longo processo de readaptação, e se reinventa todos os dias, buscando dentro de suas crenças formas de superar, o pior momento da vivência do povo, em pleno século XXI.

No entanto, dentro do ambiente escolar, hoje os professores orientam os alunos sobre os cuidados necessários para a prevenção, e preservação da própria identidade. A parceria entre os profissionais de saúde, e de educação, juntamente com as lideranças, proporcionou aos membros do povo, uma segurança maior, pois é a partir dessas iniciativas, é que se pode ter mais acesso às informações, antecedendo a proteção de todos. As lideranças e equipes de saúde, não descartam que a maior preocupação se deu por conta da negação, muitos não acreditavam que o tratamento (vacina) teria eficácia,

vários rumores sobre a ineficácia da vacina, propagado pelas Fake News influenciaram uma parcela da população a não se vacinar.

Na medida em que todos compartilham o mesmo ambiente, seguindo uma hierarquia cultural histórica, baseada na espiritualidade, o consenso, mesmo que tardio, se concretizou entre a população. A experiência da Covid-19, será sempre lembrado dentro do cotidiano do povo Umutina-Balatiponé, mesmo diante do triste fato, hoje a união entre o povo se fortaleceu ainda mais. A população do território, sempre viveram em harmonia uns com os outros, nas festividades, nas práticas culturais, nos rituais, e principalmente no timbó, um ritual de pesca que é realizado todo ano pelo povo, é o momento em que todas as aldeias do território se reúne para a prática da pesca tradicional.

A ação das autoridades, municipal, estadual e federal só foi efetivada, quando houve uma pressão por parte da mídia alternativa (vídeos via whatsapp). O hospital municipal de Barra dos Bugres se encontrava de portas fechadas por conta do orçamento, toda a população da região, inclusive a comunidade do território umutina precisou recorrer a outras unidades de atendimento fora de suas localidades. As lideranças acreditam que, se houvesse competência, e mais responsabilidade por parte do governo, principalmente do governo federal nas compras das vacinas, o dano seria bem menor, a vacina poderia evitar que o povo umutina chorasse a perda de anciões que se foram.

Hoje a população do território, tenta apagar da memória essa tragédia que, destruturou todos os aspectos culturais praticados há séculos pelo povo, mesmo sabendo da dificuldade que se tem, ao tentar esquecer o trauma que afeta diretamente o psicológico, não só de uma pessoa em si, e sim de um povo, toda comunidade segue se reinventando todos os dias.

Considerações Finais

No percurso da análise desta proposta, observa-se que a continuidade da insegurança dentro do território, ainda é preocupante, isso se dá, por meio das informações obtidas pelos meios de comunicação sobre os dados da

Covid-19. O conhecimento que se tem, é que o vírus ainda está muito presente, mesmo que a ciência tenha avançado bastante no sentido de controlar a doença. Contudo, toda a população umutina está em alerta principalmente com relação às consequências que sofreram com as perdas de anciãos do povo, decorrentes da contaminação. O conhecimento tradicional é inquestionável/indispensável para os indígenas. Entretanto, ao lado desse conhecimento, a ciência, através das vacinas, foi um fator determinante no controle da doença.

O resultado da pesquisa, mostra que mesmo com a chegada da vacina contra a covid-19 no território umutina, alguns indígenas ainda insistem em resistir a prevenção, e essa insistência em não se vacinar, pode causar danos/tristeza ao povo. A preocupação que se tem, é que por mais difícil que seja, restaurar as formas de convívio que se tinha antes da chegada da covid-19, às práticas tradicionais, é um desafio constante, e aos poucos vão se estruturando, na medida em que se busca esquecer o passado triste, que deixou toda a população do povo, em insegurança.

A atuação do Governo Federal diante da maior crise sanitária (Covid19), mostrou que não devemos esperar pela vontade política dos nossos representantes. A medicina tradicional para os povos indígenas, criou possibilidades de combater com eficiência, essa tragédia dentro dos territórios, e possibilitando o tratamento precoce e eficaz. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), possui o orçamento mais caro da união, no que diz respeito ao atendimento diferenciado das populações indígenas no Brasil. Porém, na prática, durante o governo passado, esses recursos não chegaram aos povos indígenas. A indicação política nos cargos mais relevantes nas instituições representativas dos povos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) devem ser conduzidos por especialistas, estudiosos que têm conhecimento sobre a causa indígena. Hoje na atualidade, e graças à luta unificada das populações indígenas no Brasil, se criou o Ministério dos Povos Indígenas, (MPI), e demais instituições já mencionadas acima, todas sendo protagonizadas pelos próprios indígenas.

Portanto, com mais de 305 diversidade étnicas, falante de mais de 247 idiomas, o governo brasileiro ainda não consegue realizar todas as etapas de atendimentos a esses povos. É preciso de vontade política, para que se chegue a uma concretização/interação mútua entre os indígenas e as instituições que representam os seus interesses. No estado de Mato Grosso (MT), o número dessas diversidades chega a 43 etnias, juntos somam uma população de mais de 50 mil indígenas. Trata-se de 43 realidades, que apesar de cada qual ser de cultura distinta, o impacto da Covid19 colocou todos no mesmo patamar, a pergunta que sempre permaneceu na memória da população, inclusive do umutina, é que até quando os nossos direitos vão ser atacados? Não podemos viver em um país, onde a riqueza em abundância, a nossa floresta é rica em recursos naturais. O que se apresentou durante a chegada da Covid19 no Brasil, foi o descaso do representante maior da nação, com a compra da vacina, e gestos que não condizem com a cargo para qual foi eleito. O estado brasileiro, precisa se conciliar com o seu passado, e para isso, ele precisa olhar para trás, e passar por um rito de passagem, porque nós povos indígenas temos muito a contribuir, mais para que isso aconteça é necessário o reconhecimento das nossas lutas, causas, principalmente os nossos direitos, que são pétreos, e necessita de uma atenção maior.

Em suma, a interação entre a população indígena e o governo, ainda é considerada, em um nível bastante abstrato. Ainda não foi construído um consenso em que ambos os lados pudessem viver em harmonia, conciliadora de suas necessidades. Os interesses econômicos sobre os territórios indígenas, resulta em grande conflito, e por conta disso os direitos indígenas nunca foram respeitados, sobretudo, durante o mandato do presidente anterior, Jair Bolsonaro.

BIBLIOGRAFIAS

BOROPONEPÁ, Alessandra Corezomaé. 2016. Casamentos Interétnicos na aldeia Umutina: auto reconhecimento da identidade umutina. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Licenciatura Intercultural. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

COREZOMAÉ, Marcio Monzilar. 2017. Matáre Pitukwá Makewá: Narrativa Mítica e (re) Significação Entre o Povo Indígena Balatiponé-Umutina. Dissertação de Mestrado em 323 Estudos Literários- PPGEL. Tangará da Serra: Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT.

CRUZ, M. C.; COREZOMAÉ, M. M. A Língua Umutina na Escola Indígena Jula Pará: Ensino e Revitalização Linguística. (mimeo).

MONZILAR, Eliane Boroponepa. Aprender o Conhecimento a partir da Convivência: Uma Etnografia Indígena da Educação e da Escola do Povo Balatiponé-Umutina. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília –UNB. 2019.

SCHULTZ Harald. 1952. Vocabulário dos Índios Umutina. In: Journal de la Société des Américanistes. Tome 41 n° 1. Pp. 81-137. Doi: <https://doi.org/10.3406/jsa.1952.2400>; https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1952_num_41_1_2400

AZEVEDO, M. M. et al. Análise de Vulnerabilidade Demográfica e Infraestrutural das Terras Indígenas à Covid-19. Caderno de Insumos, 2020. Disponível em: <http://apublica.org/wp-content/uploads/2020/04-caderno-demografia-indigena.Pdf>. Acesso em: 01 de março de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 10 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19) em Povos Indígenas: versão preliminar. Brasília: Sesai, 2020 a.

BUCHILLET, Dominique. Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006). Quito: Abya-Yala, 2007.

FARIAS, Y. N. et al. Iniquidades étnico-raciais nas hospitalizações por causas evitáveis em menores de cinco anos no Brasil, 2009-2014. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, supl. 3: e00001019, 2019.

MENDONÇA, Sofia. Comunidades nativas no contexto do Covid-19. In: Congresso Internacional de Estudantes de Medicina. São Paulo:

WEBBRAINCOMS/UNIFESP, 2020. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnopolítica e Estado: centralização e descentralização no movimento indígena brasileiro. *Anuário Antropológico*, 42(1), 195-226, 2018. Lei no 14.021, de 7 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas... Disponível: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 05 de março de 2022

LIMA-COSTA, Maria Fernanda et al. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 12(4): 189 –201, 2003.

MBEMBE, Achille. 2016. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais-EBA.

CRUZ, Ananda Carvalho. Ativismo digital indígena e a campanha #VacinaParente, Relatório de Pesquisa 4, Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil Contra a Pandemia, 2021. Disponível e <<http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>>.

BANIWA, Brulina; TERENA, Luiz Eloy; TUXÁ, Felipe Cruz. Apresentação: A Pandemia de Covid-19 na vida dos povos indígenas. In: Pandemia da Covid-19 na vida dos povos indígenas. Vukápanavo: Revista Terena, no 03, Mato Grosso do Sul: Out/Nov, 2020, pp. 7-11.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Emergência Indígena. 2022. Disponível em: <<https://apiboficial.org/emergenciaindigena/>>. Acesso em: 02 ago. 2022. https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/

QUEZO, Luizinho Ariabo. História e Mito do Povo Umutina. Trabalho de conclusão de curso. Barra do Bugres, Unemat, 2005.

CRUZ, Mônica Cidele da. Povo Umutina: A busca da identidade linguística e cultural. Campinas, Unicamp, 2012.

CUPUDUNEPÁ, Maria Alice de Souza & QUEZO, Luizinho Ariabô. História e Mito do Povo Umutina. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua, Arte e Literaturas), Unemat, Barra do Bugres, 2006.

Relatório-Figueiredo.pdf: 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso em 02/02/2023.

UMUTINA; Balatiponé, Povo. **Presente-Passado-Futuro; Publicado em 26 de setembro de 2020 por mcasaborges.** Disponível em: <https://museucasaborges.wordpress.com/2020/09/26/balatipone-umutinapassado-presente-futuro/>

DORNELLAS, Celso : Território Umutina recebe as primeiras doses de vacinas contra a Covid - 19. Disponível em; <https://barradobugres.mt.leg.br/noticias/territorio-umutina-recebe-as-primeiras-doses-de-vacinas-contra-o-covid-19/98>.

UMUTINAS-Povos Indígenas no Brasil-PIB Socioambiental. disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Umutina>.